



Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957)

Education, culture and childhood in the Playground: city of São Paulo (1947-1957)

Moysés Kuhlmann Jr.^[a], Fabiana Silva Fernandes^[b]

^[a] Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), com pós-doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa, pesquisador da Fundação Carlos Chagas, bolsista de produtividade do CNPq, São Paulo, SP - Brasil, e-mail: mkuhlmann@pq.cnpq.br

^[b] Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, SP - Brasil, e-mail: fsfernandes@fcc.org.br

Resumo

O artigo analisa o Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, da Secretaria de Educação e Cultura do município de São Paulo, publicado no período de 1947 a 1957, como instrumento para a formação dos educadores para o Parque Infantil, instituição extraescolar que atendia crianças de 3 a 12 anos de idade. A perspectiva teórica adotada vai ao encontro de entendimento da cultura escolar como entidade autônoma, compreendendo o fenômeno educacional como um elemento constitutivo das relações sociais e o Boletim Interno como um produto cultural que manifesta essas relações e envolve membros da Divisão, educadores e funcionários. Verifica-se que o periódico buscou imprimir uma diretriz

educativa no conjunto de instituições e que a formação dos educadores ocorria por meio da organização de procedimentos profissionais, da publicação de textos de caráter teórico e da divulgação de propostas de atividade, as quais orientavam a programação das instituições. Analisa-se que o Parque Infantil não era uma instituição estranha ao fazer escolar, configurando uma proposta curricular que fazia uma versão seletiva do conhecimento e da cultura a ser transmitida, inspirando-se em modelos pedagógicos utilizados em jardins de infância e escolas primárias. A condição social do público infantil, proveniente de famílias de trabalhadores pobres e imigrantes, com lares marcados por situações adversas, foi uma das dimensões que também orientou o atendimento, além das expectativas com relação à formação do profissional e ao destino dessas crianças, como trabalhadores e pais de família.

Palavras-chave: História da Educação. Cultura. Infância. Periódicos. Parque Infantil.

Abstract

The article analyzes the Internal Bulletin of the Division of Education, Assistance and Recreation [Divisão de Educação, Assistência e Recreio] which was an office of the Department of Education and Culture [Departamento de Educação e Cultura], in the city of São Paulo. This bulletin was published in the period of 1947-1957, as a tool for Playground's teacher training. The Playground was an informal institutional education which cared for 3-12 year-old children. The theoretical perspective adopted doesn't understand the school culture as an autonomous entity, because it reads the educational phenomenon as social relationships constitutive element. So the Bulletin is understood as a cultural product that manifests these social relations and involves members of the Division, educators, and staff. It appears that the journal tried to give a guideline to all Playground institutions and teacher training occurred through the professional procedures organization, publication of theoretical texts, exercises as well as activities models, which guided the program of institutions. It analyzes the Playground as not being a weird figure for the school institution, formatting a curriculum proposal which has made a selective version of knowledge and cultural to be transmitted. The Playground curriculum was inspired by pedagogical models used in kindergartens and primary schools. The social status of the childhood, coming from families of low income labels and immigrants, with the understate

houses, was one of the dimensions which also guided care, beyond expectations with respect to professional training and the faith of these children as workers and parents.

Keywords: History of Education. Culture. Childhood. Periodicals. Playground.

Introdução

Em dezembro de 1946, Noêmia Ippolito, chefe da Seção Técnico-Educacional da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, da Secretaria de Cultura e Higiene da prefeitura de São Paulo (posteriormente Secretaria de Educação e Cultura), enviava o primeiro número do seu *Boletim Interno*, referente a janeiro de 1947, aos funcionários das unidades educativo-assistenciais, declarando, no ofício que anunciava a publicação, que tal medida era uma determinação do chefe da Divisão, Dr. João de Deus Bueno dos Reis. Ainda na missiva, afirmava que aceitaria “de bom grado” as contribuições dos funcionários para que o *Boletim* fosse ampliado e que sua orientação e suas finalidades fossem aperfeiçoadas.

A Divisão era responsável pelas instituições socioeducativas do município, que tinham por objetivo educar, assistir e recrear crianças e adolescentes e eram denominadas: Parques e Recantos Infantis, Centros de Rapazes e Centros de Moças (posteriormente denominados Centros de Educação Social e Centros de Educação Familiar).

O *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio* foi publicado durante 11 anos, de janeiro de 1947 a setembro de 1957, quando ocorreu uma significativa expansão do número de instituições. Essa iniciativa da Divisão cumpriu a função de estabelecer um canal de comunicação com os funcionários que trabalhavam nas unidades (educadores, jardineiras, recreacionistas, médicos, sanitaristas e demais funcionários). Participavam ativamente no periódico os membros da Divisão e seu Conselho Técnico Consultivo, composto por representantes de diferentes áreas de conhecimento e de atuação: Assistência Social, Educação,

Medicina, Educação Sanitária, Educação Física, Recreação, Nutrição, Psicologia, Música e Atividades Artísticas¹.

O objetivo deste artigo é analisar o Boletim Interno no que se refere à sua utilização como instrumento para a formação dos educadores, por meio da organização de procedimentos profissionais e da circulação de artigos relacionados a áreas de conhecimento e à programação para as instituições, tratando-se, aqui, especificamente do Parque Infantil, uma instituição extraescolar que atendia crianças de 3 a 6 anos e de 7 a 12 anos de idade, fora do horário escolar. Nesse conjunto, cultura e infância são elementos estruturantes das propostas.

Os estudos sobre o Parque Infantil paulistano

O Parque Infantil começou a se estruturar, na cidade de São Paulo, na década de 1930 (FARIA, 1999; BRITES, 1999; FILLIZZOLA, 2002). A associação Cruzada Pró-Infância, dirigida por Pérola Byington, desenvolveu, em 1930, um modelo de programa destinado à infância que tinha por propósito diminuir a mortalidade infantil e promover a educação para a saúde física e moral das crianças (BRITES, 1999, p. 54). Em 1931, o prefeito Anhaia Melo fez uma parceria com a Cruzada para a organização da Escola de Saúde, que funcionou no *playground* do Parque D. Pedro II, passando a integrar, em 1935, a seção de Parques Infantis da Prefeitura de São Paulo, projeto do prefeito Fábio Prado (MOTT; BYINGTON; ALVES, 2005, p. 81).

Silva (2008) classifica os trabalhos de pesquisa sobre o Parque Infantil em dois tipos. O primeiro deles refere-se aos que analisam a influência direta do intelectual Mário de Andrade sobre essa instituição, no período em que foi diretor do Departamento de Cultura do município, de 1935 a

¹ A publicação, digitalizada, está disponível na página História da Educação e da Infância, no portal da Fundação Carlos Chagas, no endereço: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoInfancia/index.jsp>>.

1938 (entre eles, ABDANUR, 1992; FARIA, 1999; GOBBI, 2004); o segundo, aos que identificam a influência de instituições diversas sobre a estruturação dos Parques Infantis, apresentando um recorte temporal maior, entre 1930 e 1950 (FILIZZOLA, 2002; SANTOS, 2005; GUEDES, 2006).

Cabe observar que o recorte temporal apontado não é tão extenso, na medida em que os estudos relacionados por Silva (2008) pouco avançam além da década de 1940. Mas identificar a focalização na figura de Mário de Andrade é um elemento importante, pois esses estudos podem fazer crer que existiria uma transposição direta de suas concepções às práticas do Parque Infantil, assim como induzir a um anacronismo que cristalizasse o período inicial, projetando-o sobre os anos posteriores à saída desse intelectual do Departamento de Cultura.

O estudo aqui realizado apoia-se em pesquisas desenvolvidas desde o ano de 2005, que investigaram vários aspectos desse período pouco explorado. Além de orientações de iniciação científica e de mestrado e da digitalização de fontes documentais importantes para a História da Educação e da Infância, produziu-se uma base de dados sobre o Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, da Secretaria de Educação e Cultura da cidade de São Paulo, publicado no período de 1947 a 1957. Essa base apresenta informações sobre a estrutura e o conteúdo da publicação, permitindo a localização de informações sobre a rotina das instituições, a proposta educativa da Divisão, as orientações do órgão para as unidades, entre outros aspectos (KUHLMANN JR. et al., 2007; FERNANDES; KUHLMANN JR., 2012).

Boletim Interno: estratégias de formação

No Boletim, observam-se três estratégias em relação à formação dos profissionais que promoviam a configuração de uma diretriz educacional às unidades: sua utilização para divulgar reuniões e orientar procedimentos profissionais; a publicação de textos de caráter teórico de

diferentes áreas de conhecimento; e a divulgação de propostas de atividade que orientavam a programação e a prática das instituições.

A organização de procedimentos profissionais

A importância das Reuniões Técnico-Conjuntas, que tinham por finalidade tratar de questões específicas e que ofereciam palestras com especialistas apareceu de forma mais marcante nos três primeiros anos da publicação. Já no primeiro número do Boletim, na segunda página, a chefia da Divisão de Educação, dando continuidade ao programa de aperfeiçoamento técnico, convocava os funcionários para uma palestra com Carolina Ribeiro, diretora da Escola Caetano de Campos, no dia 16 de janeiro de 1947, às 20h30, no Auditório da Biblioteca Municipal, para o desenvolvimento do tema “Disciplina, prêmio e castigo”. No fim da convocação, estava escrito que “a ausência a esta bem como a outras reuniões de caráter idêntico não será justificada” (DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO, 1947a, p. 2).

Convocavam-se também reuniões específicas para as diferentes categorias profissionais que atuavam nas unidades, a fim de se discutir temas educativos e outros, de caráter administrativo, como no caso dos profissionais da saúde e funcionários administrativos. Os membros do Conselho Técnico Consultivo deveriam comparecer às reuniões referentes à sua especialidade.

O Boletim apresentava sínteses das reuniões, como em maio de 1948, quando foram listados 15 resultados e resoluções do mês anterior, entre elas: a definição de que os relatórios das diversas especialidades deveriam ser entregues em conjunto, encaminhados pelos diretores das unidades; a escolha do tema “Hortas dos Parques e Hortas Domiciliares”, para a próxima reunião de educadores sanitários; a informação de que as atividades musicais em breve seriam “enriquecidas com a apresentação de músicas finas” por meio “de discos”; a orientação para as recreacionistas apresentarem definições e conceitos sobre *educação*, para serem debatidos na reunião do mês seguinte.

As constantes orientações e decisões quanto ao preenchimento e à entrega de relatórios, à organização dos horários de trabalho, à definição da programação a ser desenvolvida, indicam um aspecto da formação que se dedica às práticas e aos procedimentos dos profissionais para atuar nos parques infantis.

A natureza dos encontros não se limitou apenas à formação, mas também promoveu eventos como homenagens e campanhas. Depois de 1949, as informações sobre as reuniões diminuem significativamente, o que sugere dois motivos possíveis: a utilização de outros meios, como as circulares e mesmo o telefone, para a comunicação dos encontros e o fato de esses encontros terem sido descentralizados, considerando-se aí a expansão do número de unidades da rede. No Boletim de novembro de 1953, por exemplo, Angélica Franco discorre sobre uma “Reunião de Educadores da Unidade”, provavelmente um novo dispositivo administrativo que substituiu as reuniões na Divisão.

Os artigos formativos

Nos seus dois primeiros números, o sumário do Boletim, que sequer trazia a numeração das páginas, evidenciava falta de organização editorial, sem uma sequência muito ordenada entre as matérias e uma distinção entre seções temáticas e artigos. A publicação ganha, aos poucos, uma forma mais estruturada e o sumário passa a ter numeração de páginas, com apresentação em seções e artigos em seu interior.

Um conjunto das seções trazia textos de caráter mais teórico, voltados a áreas que forneceriam subsídios para a formação de seus profissionais, tais como: educação, pedagogia, recreação, educação física, educação musical, higiene mental, nutrição, psicologia e saúde. A elaboração desses artigos geralmente ficava a cargo de membros do Conselho Técnico Consultivo e demais especialistas, como uma dentista do Parque Infantil Barra Funda, que publicou texto sobre os cuidados com a saúde bucal da criança, no número de outubro de 1947.

As propostas de atividade

Do ponto de vista das práticas educativas, o Boletim divulgou propostas de atividades e recursos didáticos para componentes curriculares como: recreação, educação física, educação musical e artística. Buscava-se estabelecer objetivos e práticas comuns entre os educadores. As propostas foram publicadas principalmente na seção Material Didático. Os educadores contribuíam com frequência na composição dos artigos sobre modelos de atividades e recursos pedagógicos, publicados nessa seção e em outras do mesmo perfil, como Recreação, Trabalhos Manuais, Educação Física e Educação Musical. Outras seções, mais esporádicas, também se destinaram a esse tipo de proposta, tais como: Aproveitamento de Material Aparentemente Inútil, Atividades Artísticas, Educação Sanitária, Assuntos de Horticultura. Principalmente no início da publicação, essas propostas eram veiculadas sob a rubrica do Centro de Interesse.

Cultura escolar e currículo no Parque Infantil

O Boletim, no decorrer de seus 11 anos de existência, mostrou-se como um produto cultural, que manifestou as relações estabelecidas entre chefias, funcionários, educadores, crianças, escolas, visitantes, entre outros, em um determinado contexto histórico. Salienta-se que a cultura, como um sistema de significações realizado (WILLIAMS, 2000), precisa ser considerada como um componente das relações sociais, em que as especificidades das instituições, práticas e obras se combinam com outras atividades, relações e instituições, como econômicas, políticas, geográficas, sociais etc., na constituição do sistema social geral.

Essa perspectiva vai ao encontro do entendimento da cultura escolar como entidade autônoma, para se aproximar do que aponta Julia (2001, p. 17), a necessidade de análise das transferências culturais

da escola para a sociedade, assim como dos outros setores sociais para a escola. Rompe-se com o “educentrismo” (KUHLMANN JR., 2010), que compreende as questões da educação como produzidas internamente à educação, mesmo que posteriormente se relacionem aos demais aspectos sociais. Trata-se de compreender que, em todos esses casos, os fenômenos educacionais são elementos constitutivos das relações sociais e se produzem no interior dessas relações, e não à parte ou sobrepostos a elas.

A configuração do corpo profissional, das normas e práticas do Parque Infantil, as disciplinas e a programação previstas indicam que essa instituição extraescolar não é estranha à escola, constituindo um currículo que faz uma versão seletiva do conhecimento e da cultura a ser transmitida (WILLIAMS, 2000), específica para essa instituição e seu público.

Isso transparece, por exemplo, em maio de 1948, em editorial de Leda Abs Musa sobre os Centros de Interesse. Educadora sanitária, conselheira de Psicologia e diretora dos Parques Infantis de Osasco e Benedito Calixto, iniciou seu texto apresentando a concepção da instituição:

Os Parques Infantis, pela sua natureza e organização, pelas atividades que desenvolvem, são instituições onde crianças menos favorecidas ou carentes de área livre para recreação têm possibilidades de vida sadia [...] sob orientação continuada e metódica. Pelo fato de não interferir, mas pelo contrário, controlar a frequência aos Grupos Escolares, desenvolvem os Parques Infantis uma ação supletiva daquela atribuída à escola primária, cabendo a esta — em virtude da exiguidade de horários e extensão dos programas de ensino — a função mais específica de Instruir, enquanto que aos Parques Infantis se reserva a função de Educação, no sentido mais amplo do termo, suprimindo lacunas do currículo escolar e carências de educação no lar, tão prejudicada com o afastamento cada vez maior dos pais, do ambiente familiar para o de fábrica (ABS MUSA, 1948, p. 87).

Os conteúdos curriculares do Parque Infantil têm um arranjo mais solto, pois não estão subordinados ao sentido mais estrito de uma progressão ao longo de séries escolares. Ao seguir o objetivo de educar,

assistir e recrear, o Parque Infantil complementa a escola primária com atividades “livres” e, ao mesmo tempo, ensaia a constituição de um currículo pré-escolar, prefigurando o futuro dessa instituição e consagrando algumas práticas da cultura escolar da Educação Infantil.

A referência ao centro de interesse é um claro indicador das estreitas relações entre as práticas escolares e as do Parque Infantil, assim como para a constituição de modelos para a educação dos pequenos.

Para Decroly, o Centro de Interesse foi desenvolvido pensando-se na necessidade de atender ao interesse comum das crianças, na situação coletiva de uma instituição educacional. Conhecer-se a si mesmo estaria em primeiro lugar, depois o meio circundante, natural (animais, plantas, minerais) e social (família, escola, cidade, sociedade). A descoberta do mundo seguiria as constantes universais da nutrição, do abrigo, da luta, da atividade. Observação, atenção, expressão concreta e expressão abstrata: essas seriam as etapas do método global fundado na atividade das crianças (DUBREUCQ, 1993).

Em meados da década de 1940, o centro de interesse foi adotado por educadoras da Escola Normal paulista como modelo pedagógico a ser difundido, como se verificou, por exemplo, pela sua adoção no jardim de infância do Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia. Entretanto, a proposta pouco correspondia à concepção original, visto que os temas e seu estudo não seguiam necessariamente a articulação lógica proposta por seu idealizador (KUHLMANN JR.; ROCHA, 2006).

No artigo de Leda Abs Musa, afirmava-se a necessidade de centralizar as atividades em torno de um único tema. Em seguida, discorria-se sobre a ação educativa dos Parques Infantis que se utilizam de propostas variadas e orientadas pelas áreas da Educação Física, Educação Sanitária, Recreação, Educação Artística e Musical, com a supervisão médica, vislumbrando a socialização das crianças atendidas, mediante a formação moral e mental, assim como o desenvolvimento de habilidades manuais e práticas e hábitos sadios. Nesse sentido, considerava-se a necessidade

de um entrosamento das diferentes áreas de atuação, sendo o Centro de Interesse o “elemento de ligação que promove a conexão de objetivos”, reservando-se a ele a “missão importante de centralizar e globalizar atividades”. A autora menciona a definição de Delgado de Carvalho, para quem o Centro de Interesse seria um “agrupamento de fatos, fenômenos e ideias ao redor de temas capitais ou unidades, que em alguns países são também chamados *complexos*” (ABS MUSA, 1948, p. 87).

A seção Centro de Interesse circulou mais intensamente nos anos de 1947 e 1948, pensada como um centro organizador das atividades educativas, tratando de temas como: higiene, tempo, família, meios de condução, Dia das Mães, Natal, Independência do Brasil. A seção desapareceu nos anos de 1949 a 1951, retornando em 1952, embora sua frequência tenha sido esparsa. Nesse último período, as propostas foram transcritas do Serviço de Educação Pré-Primária do Estado, vinculado à Escola Caetano de Campos.

Cabe destacar que, desde o início, consolidou-se o principal eixo proposto para a programação, em torno das datas comemorativas. Mesmo sem a referência no Centro de Interesse, o teor das propostas continuou a circular nas seções Material Didático e Calendário de Atividades (alterada para Comemorações do Mês e outras denominações semelhantes), que percorreram a publicação dos primeiros aos últimos números.

O calendário como estruturador das propostas permanece por muito tempo como referência da cultura escolar, em especial, mas não exclusivamente, na Educação Infantil. Havia comemorações que ainda marcam as atividades escolares, com destaque para a festa junina, o dia das mães e o Natal. Outras datas fomentavam a educação cívica, como a fundação da cidade de São Paulo, o descobrimento e a independência do Brasil, a proclamação da República. As datas e outros temas mobilizavam os conteúdos.

A Educação Física também foi um importante objeto de publicação ao longo de todo o Boletim. Já em fevereiro de 1947, aparece pela

primeira vez a seção, com artigo intitulado “Bôa atitude”, com propostas de jogos para fortalecer o corpo e corrigir “atitudes defeituosas”. De acordo com vários números do Boletim, os jogos e as rodas cantadas, para os pequenos, eram considerados importantes para contribuir na construção interna das regras sociais, que formavam a base da personalidade da criança na convivência comunitária. O professor de Educação Física era considerado como o educador que tinha a melhor oportunidade para observar possíveis problemas nas crianças, pois trabalhava com atividades lúdicas, nas quais elas se expressam com mais naturalidade, expondo sua individualidade (CARVALHO, 1950, p. 21-24).

Entendia-se que as crianças extravasavam nos jogos suas emoções e sentimentos, expunham suas posturas físicas e morais, fornecendo aos educadores subsídios para possíveis intervenções. Inicialmente, apontavam-se alguns jogos desenvolvidos por meio de atividades reproduzidas mecanicamente, que gradativamente foram substituídas por jogos mais livres, em que a criança tinha mais liberdade de movimento. Ressaltava-se, muitas vezes, a importância de deixar a criança livre para criar seu próprio movimento, expressando-se com naturalidade. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, era explicado como as crianças deveriam executar o movimento, com as evoluções representadas em forma de desenhos (MICARONI, 2009).

A música apareceu pela primeira vez na seção Atividades Musicais e Artísticas, em maio de 1947, pela publicação de Ruth Amaral Carvalho, conselheira de Atividades Artísticas. Em maio de 1949, essa seção mudou de nome para Educação Musical e Artística, com um artigo da educadora musical Gracita de Miranda, sobre a música como parte da Educação Infantil. Além desse artigo, na seção Educação, João de Deus, chefe da Divisão, discorreu sobre a Educação Musical, abrindo o texto com uma epígrafe de Mário de Andrade: “A música é uma das antenas artísticas mais sensíveis a recolher no seu corpo expressivo todas as transformações, conquistas e misérias da humanidade” (REIS, 1949c, p. 149). O artigo de

João de Deus Bueno dos Reis busca expressar o motivo pelo qual a música foi introduzida nos parques e recantos infantis e centros de moças e rapazes, por meio do Canto Orfeônico:

[...] fonte de recreação, capaz de proporcionar à totalidade das crianças e dos adolescentes, formas de comportamento que contribuam para sua educação emocional e estética, despertando e aperfeiçoando nos educandos, infinita série de virtualidades mantidas em latência, e que somente à educação é dado despertá-las (REIS, 1949c, p. 150).

Uma observação interessante refere-se aos educadores musicais, que desde 1950 iniciaram reuniões regulares e as divulgaram com frequência no Boletim Interno. E é justamente nesse ano que a Educação Musical firma-se no Boletim como um tema recorrente, em artigos de caráter formativo para os profissionais e outros, com propostas de atividades como partituras e músicas da cultura popular e do folclore brasileiro.

O conselheiro para Educação Musical era o maestro austríaco Martin Braunwieser, importante pedagogo infantil, que atuou de 1937 a 1964. O músico acompanhou Mário de Andrade, quando de sua gestão no Departamento de Cultura, na missão de Pesquisas Folclóricas e Etnográficas, pela região Norte e Nordeste do país, incumbido de registrar, anotar, gravar melodias em notação específica, coordenar e supervisionar as gravações musicais em discos, procurando ao máximo estudar as manifestações populares brasileiras (CARLINI, 1998). Martin Braunwieser participou de forma ativa no Boletim, ora elaborando preleções, ora pronunciando-se sobre o trabalho com Educação Musical, ora trazendo partituras e músicas da cultura popular e do folclore brasileiro.

As propostas musicais inseridas no Boletim Interno enfatizavam questões pedagógicas, educativas e didáticas com canções temáticas referentes a higiene, saúde, folclore, socialização, temas cívicos e patrióticos. No trabalho com os pequeninos, indicava-se a necessidade de

formação integral da criança. A Educação Musical contemplaria diversos aspectos psicossociais na formação do educando. No trabalho destinado às crianças maiores, seguiam-se as orientações para as aulas de Canto Orfeônico, em que apareciam especificações para o trabalho de canto e prática musical, envolvendo a aprendizagem da notação musical. Embora as propostas educativas e os objetivos fossem ligados mais a finalidades cívicas, havia também a preocupação com as questões propriamente musicais, evidenciados no uso do piano pela educadora musical, no contato e na confecção de instrumentos, no trabalho de apreciação de obras musicais, na classificação de vozes e ênfase na afinação (PAIVA, 2009).

A educação artística, em abril de 1949, foi contemplada separadamente da música, na seção Atividades Artísticas, em que foram publicados dois artigos: um de João de Deus Bueno dos Reis, sugerindo uma atividade de confecção de um pano de boca, e outro de Ruth Amaral Carvalho, sobre as festas realizadas nas unidades educativo-assistenciais. Nesse segundo artigo, a autora enfatizava que as festas não deveriam perder seu caráter educativo. Para tanto, chamava atenção para os seguintes aspectos que deveriam ser levados em conta: horário, programas, extensão dos programas, intervalos, participantes, distribuição do lanche e acomodação da assistência. Os números poderiam “implantar hábitos muito valiosos: sociabilidade, boas maneiras, polidez, cavalheirismo, senso de coordenação motora, controle, atenção, etc.” (CARVALHO, 1949, p. 114). Os programas deveriam ser encaminhados à Sessão Técnica Educacional, para apreciação.

Posteriormente, não houve mais essa seção e as atividades relacionadas a artes diluíram-se principalmente na seção Material Didático, restringindo o próprio conceito de Educação Artística, na medida em que as propostas limitaram-se à divulgação de modelos de atividades manuais, em que os recursos utilizados eram papéis, tecidos, madeira, sucatas, tesouras, lápis, régua, cola, moldes, linhas e agulhas para trabalhos com cortes, colagens, montagens e costuras.

Infância e cultura no Parque Infantil

Ao comentar sobre a história da infância, Jordanova (1990, p. 80) pondera que seria impossível falar em um “mundo das crianças” porque ele nunca poderia ser singular: os mundos das crianças são inexoravelmente plurais. Mas não apenas isso, como também porque “mundo” supõe um território definido e as crianças não são habitantes de um “outro país”, mas são elementos integrantes do conjunto da cultura e da sociedade. Elas não seriam um território desconhecido, a se adicionar ao império da História, com uma agência colonizadora especial para administrá-las. A autora alerta que, no caso da história da infância, tem-se fugido de alguns importantes problemas gerais de interpretação histórica, assim como há um sentimentalismo difuso na intenção de se dar voz às crianças. Adotam-se numerosos pressupostos psicológicos e sociais, que são tanto mais facilmente aceitos porque muitas pessoas acreditam que “sabem” sobre as crianças, assim como afirmam “saber” sobre “a família”.

Não só do ponto de vista da pesquisa histórica, mas também ao longo do processo histórico, é possível identificar essa intenção de tudo saber sobre as crianças, ao lado da distribuição da infância em diferentes lugares sociais. Na análise do Boletim Interno, depreende-se que, ao reunir os profissionais, discorrer sobre temas específicos e propor atividades para a programação das unidades, a Seção Técnico-Educacional compunha modos de se considerar as crianças que configuravam alguns tipos de infância, compreendida como a forma como os adultos entendem esse período de vida.

Em 1953, destaca-se o aparecimento da seção Problemas Educacionais, explicitando características e comportamentos infantis observados em situações vividas no dia a dia das instituições. Em artigo de Maria Ignez Longhin, ocupante do cargo de conselheira das visitadoras sociais psiquiátricas, discorre-se sobre a questão da humilhação das crianças que chegavam às unidades em condições de higiene precárias.

A seção retorna em 1955, dedicada à apresentação de relatórios de Parques Infantis sobre a dificuldade de trabalho com crianças estrangeiras, com problemas disciplinares ou deficiências, indicando medidas tomadas e soluções alcançadas, com o propósito de compartilhar suas experiências com outras unidades.

Nessa seção e em outras, como a de Psicologia, revelam-se concepções sobre infância e sobre as crianças atendidas nos parques, geralmente explicitadas a partir de situações concretas vivenciadas nas instituições. São filhos de imigrantes e crianças provenientes de famílias pobres que representam desafios no tocante a aspectos relacionados com o comportamento e a aprendizagem.

João de Deus Bueno dos Reis, em março de 1949, no artigo intitulado “Crianças Boas e Más”, discorreu sobre a agressividade, qualificando-a como um componente do comportamento infantil que se manifesta em níveis e situações diferentes, podendo representar uma dificuldade ao educador. No entanto, não existiriam crianças boas e más: “o que existe são crianças que dão mais ou menos trabalho educacional” (1949a, p. 65). O autor fundamentava-se numa abordagem da Psicologia Educacional Infantil para desarmar os discursos que classificam as crianças em:

[...] indisciplinadas, insubordinadas, mal criadas, insolentes, turbulentas, perversas, destruidoras, inquietas, neuróticas, ressonantes, briguentas, agressivas, convencidas, “salientes”, ou com muitas outras denominações, com as quais procuram justificar quase sempre a aplicação de castigos que vão desde a simples admoestação até a expulsão ou alijamento do “elemento perturbador da ordem” (REIS, 1949a, p. 63).

As crianças banidas, escorraçadas e incompreendidas pelos maus educadores, não se conformando com a situação de opressão, rebelar-se-iam:

E estes elementos, os quais, quando bem aproveitados por certo iriam constituir os dirigentes de uma nova geração, graças às forças imanentes que traem em si, vão, cada vez mais e mais, se encafurnando na

legião daqueles que dão trabalho à polícia, que enchem os cárceres e as penitenciárias, quando não vão constituir-se em livres pensadores, apregoadores de ideias novas, em filósofos de botequins, em líderes de movimentos subversivos e perturbadores da ordem social (REIS, 1949a, p. 64).

Angélica Franco, chefe da Seção Técnico-Educacional, em editorial de março de 1956, que anuncia a seção “Problemas Educacionais” e o relato de casos de “crianças-problema”, discorre sobre questões de ordem social, como fatores relacionados com a dificuldade de se trabalhar com as crianças nos Parques Infantis, mencionando a condição dos imigrantes e os obstáculos para a integração social. Afirma a autora que as diferenças culturais e a dificuldade de comunicação geram comportamentos agressivos e falta de interesse, representando um desafio para o educador, cujo papel é proporcionar a adaptação e o ajustamento a novas condições de vida, a socialização e a integração dessas crianças:

Em contacto com grupos de crianças de idades semelhantes vão, pouco e pouco, guiadas pela observação e curiosidade, assimilando conhecimentos úteis, adquirindo hábitos, atitudes e meios de expressão que vencem a natural inibição que antes as dominava. E o reflexo da vitória se exterioriza na alegria e espontaneidade com que passam a participar das atividades de grupo, sem receio das responsabilidades inerentes aos participantes de jogos coletivos, de grupos dramáticos, de conjuntos orfeônicos, de ranchinhos e bandinhas, e de outras atividades sociais que se desenvolve em equipes (FRANCO, 1956, p. 39).

Verifica-se que a condição social da criança gera impasses no seu atendimento nos Parques Infantis, proporcionando aos educadores certo mal-estar na lida com os pequenos, não somente por causa dos obstáculos à realização do seu trabalho, mas também por conta das diferenças culturais, expressas nos comportamentos agressivos e arredios das crianças, na aparência desleixada e suja e na falta de hábitos de higiene.

Nota-se, também, a importância atribuída à socialização das crianças, não somente das estrangeiras, por meio de práticas culturais que não se restringiam à inculcação de valores cívicos e nacionalistas, mas que remetiam à cultura popular e ao modo de vida da classe trabalhadora que se consolidava no país. É por isso que um dos aspectos valorizados na educação dessas crianças e também daquelas oriundas de famílias pobres é o trabalho e o compromisso com a reprodução social. Nesse sentido, o trabalho manual, utilizado amplamente nas atividades de Recreação e de Horticultura, é valorizado como o meio de realização das aspirações e de preparação para a realização de atividades úteis para a coletividade. A recreacionista Yone Vilhegas, em abril de 1947, discorreu sobre a importância de se cultivar o hábito do trabalho na criança, desde os primeiros anos, afirmando que as crianças e os adolescentes deveriam estudar e trabalhar concomitantemente, pois o trabalho manual daria condições para adquirir a capacidade de viver na sociedade, concluindo com uma frase anônima: “Do trabalho do operário nasce a grandeza das nações” (VILHEGAS, 1947, p. 90).

A ideia de preparação da criança para o mundo trabalho está presente no Boletim Interno, e a concepção de infância depreendida da publicação emerge da articulação entre o nível socioeconômico das crianças atendidas e as expectativas sobre a condição de vida delas como futuros trabalhadores. Nota-se também que a condição social pode ter se tornado um aspecto de diferenciação entre as crianças que frequentavam os parques e as crianças que não o frequentavam, dada a valorização da educação intelectual e teórica oferecida pela escola regular e a desvalorização do trabalho realizado nos parques. No Boletim de setembro de 1951, numa investigação sobre a diminuição da frequência nos Parques Infantis, Maria Ignez Longhin, ocupando o cargo de conselheira das visitadoras sociais psiquiátricas, afirmava que a população infantil no Parque Infantil Benedito Calixto foi sofrendo uma renovação, na medida em que as crianças oriundas de classe média saíram do parque, pois ele representava “um prejuízo em relação aos estudos, à educação social, pela variedade de classes sociais” (LONGHIN, 1951, p. 234). E era essa heterogeneidade social,

composta por crianças filhas de empregadas domésticas, operários, de famílias com grande número de filhos, morando em habitações coletivas ou precárias, uma das dimensões que também orientou o atendimento promovido pelos Parques Infantis, além das expectativas com relação à formação do profissional e ao destino dessas crianças, como trabalhadores e pais de família.

Considerações finais

O Boletim Interno foi inaugurado com a expectativa da Divisão Interna de Educação, Assistência e Recreio de imprimir uma marca no trabalho das instituições, direcionando a programação e estabelecendo condutas e procedimentos de trabalho. Com o tempo, a publicação adquiriu mais flexibilidade, abrindo espaços para os educadores manifestarem suas experiências, seus anseios e dificuldades de trabalho.

Nessa publicação, criada para o estabelecimento de diretrizes educativas e profissionais e para o compartilhamento de experiências, nota-se a atuação direcionadora e, por vezes, autoritária da Divisão de Educação, Assistência e Recreio. As propostas de formação, os procedimentos de trabalho e a programação de atividades educativas mensais, divulgadas no Boletim, configuram-se como diretrizes da administração, mas também como demandas e necessidades dos educadores e das crianças atendidas nas instituições. Os relatos de experiência e propostas de atividades revelam os valores, as opções de trabalho e as concepções de todos os que se manifestaram e trouxeram para o Boletim suas contribuições.

Outro aspecto observado foi o fato de o Parque Infantil inspirar-se em modelos pedagógicos utilizados nos jardins de infância e nas escolas primárias. O repertório de conhecimentos e práticas dos parques davam a conhecer conteúdos curriculares que foram selecionados e agregados nas atividades propostas, por meio de sua divulgação nas seções Material Didático, Calendário de Atividades e Centros de Interesse.

Por fim, as concepções de infância e criança são marcadas pelos adjetivos e qualificações atribuídos às crianças, que respondem às situações concretas e aos desafios enfrentados no cotidiano de trabalho, extravasando-se na escrita dos educadores e nas manifestações da Divisão de Educação, Assistência e Recreio. Buscavam-se estratégias e uma explicação social para os comportamentos indesejados de uma infância difícil, problemática, agressiva, feia e suja, pobre, vulnerável, imigrante. Verificasse, na publicação, que os modos de considerar as crianças difíceis de lidar davam formato a determinadas concepções de infância, articuladas com o lugar que o adulto ocupava, seja na posição de educador, seja nos cargos de chefia.

Fontes

ABS MUSA, L. Centros de Interesse e Parques Infantis. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano II, n. 5, p. 87-88, maio 1948.

BRAUNWIESER, M. Saudações orfeônicas para o dia das mães. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano IV, n. 5, p. 119, maio 1950.

CARVALHO, R. A. Papel da dança na Educação Física. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano I, n. 5, p. 98-99, maio de 1947.

CARVALHO, R. A. Da realização de festas nas unidades educativo-assistenciais. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano III, n. 4, p. 113-116, abr. 1949.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO. Tema para cogitações de ordem técnica: disciplina, prêmio e castigo. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano I, n. 1, p. 2, jan. 1947a.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO. Tema para cogitações de ordem técnica: pais e filhos. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano I, n. 2, p. 13, fev. 1947b.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO. Quadrilha caipira. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano I, n. 5, p. 99-102, maio 1947c.

FRANCO, A. Significado da atividade livre. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano I, n. 11, p. 252, nov. 1947.

FRANCO, A. Problemas educacionais: apresentação. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano X, n. 3, p. 39, mar. 1956.

LONGHIN, M. I. Pesquisa sobre a frequência dos educandos realizada no Parque Infantil Benedito Calixto. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano VI, n. 9, p. 233-237, set. 1951.

LONGHIN, M. I. Humilhação deprimente. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano VII, n. 9, p. 219-220, set. 1953.

MIRANDA, G. A música faz parte da Educação Infantil. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano III, n. 5, p. 159, maio 1949.

PEREIRA, M. J. A influência da música na espécie humana. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano IV, n. 5, p. 117-118, maio 1950.

REIS, J. de D. B. Crianças boas e más. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano III, n. 3, p. 61-67, mar. 1949a.

REIS, J. de D. B. Uma sugestão para a confecção do “pano de boca”. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano III, n. 4, p. 110-112, abr. 1949b.

REIS, J. de D. B. Educação musical. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano III, n. 5, p. 149-154, maio 1949c.

VILHEGAS, Y. O hábito do trabalho. *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio*, ano I, n. 5, p. 89-90, maio 1947.

Referências

ABDANUR, E. F. *Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade (1935-1938)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BRITES, O. *Imagens da infância (São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

CARLINI, A. L. R. S. Martin Braunwieser na viagem da Missão de Pesquisas Folclóricas 91938: diário e cartas. *Revista de História*, n. 138, p. 107-116, 1998.

DUBREUCQ, F. Jean-Ovide Decroly (1871-1932). *Perspectives: Revue Trimestrielle d'Éducation Comparée*, Unesco, Bureau international d'éducation, Paris, v. XXIII, n. 1-2, p. 251-276, 1993. Disponível em: <http://figuras.liccom.edu.uy/_media/figari:anexos:dubreucq_f._-jean-ovide_decroly.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

FARIA, A. L. G. *Educação pré-escolar e cultura*. São Paulo: Cortez, 1999.

FERNANDES, F. S.; KUHLMANN JR., M. Análise de periódicos na história da educação: princípios e procedimentos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 146, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 maio 2013.

FILLIZZOLA, A. C. B. *Na rua, a “troça”, no parque, a troca: os parques infantis da cidade de São Paulo na década de 1930*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOBBI, M. A. *Desenhos de outrora, desenhos de agora: o desenho das crianças pequenas no acervo Mário de Andrade*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GUEDES, L. *Novas velhas formas de dominação: os parques infantis e o novo projeto de dominação social*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

JORDANOVA, L. New worlds for children in the eighteenth century: problems of historical interpretation. *History of the Human Sciences*, v. 3, p. 69-83, 1990.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KUHLMANN JR., M. Relações sociais, intelectuais e educação da infância na história. In: SOUZA, G. (Org.). *Educar na infância: perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-97.

KUHLMANN JR., M. et al. A base de dados sobre o Boletim Interno da Divisão de Assistência e Recreio, São Paulo, 1947 a 1957. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas. *No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las*. Campinas: ALB; FE-Unicamp; Prefeitura de Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss15_09.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

KUHLMANN JR., M.; ROCHA, J. F. T. Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2013.

MICARONI, S. *A educação física nos parques infantis da cidade de São Paulo: 1947 a 1957*. Campinas: Millenium, 2010.

MOTT, M. L.; BYINGTON, M. E. B.; ALVES, O. S. F. *O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância*. São Paulo: Grifo, 2005.

PAIVA, J. S. S. *A música nas propostas educacionais dos parques infantis na cidade de São Paulo: 1947 a 1957*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2009. Disponível em: <<http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/JULIANE%20PAIVA%5B11919%5D.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

SANTOS, M. W. dos. *Educadora dos parques infantis de São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, C. C. *O álbum “Parques Infantis” como objeto cultural* (São Paulo, 1937). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

WILLIAMS, R. *Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Recebido: 06/06/2014

Received: 06/06/2014

Aprovado: 15/07/2014

Approved: 07/15/2014